

# Elekeiroz S.A.

**Demonstrações contábeis  
de acordo com as práticas contábeis  
adotadas no Brasil e com o IFRS em  
31 de dezembro de 2019**



# **Relatório dos Administradores**

## **Resultados de 2019**



## Cenário

A produção industrial brasileira teve queda de 1,2% em novembro em comparação a outubro de 2019, registrando a pior queda para o mês, desde 2015, de acordo com o IBGE. O recuo interrompeu três meses de crescimento. A produção caiu 1,7% na comparação com novembro de 2018; 1,1% no acumulado dos 11 primeiros meses de 2019 e 1,3% no acumulado de 12 meses. A retração foi puxada pelos setores automotivo e de alimentos.

Conforme informações preliminares da Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUM), os índices de volume de produção e de vendas internas de produtos químicos tiveram resultados negativos em 2019, comparados a 2018, a produção nacional recuou 5,7% e as vendas internas tiveram queda de 1,8% no período.

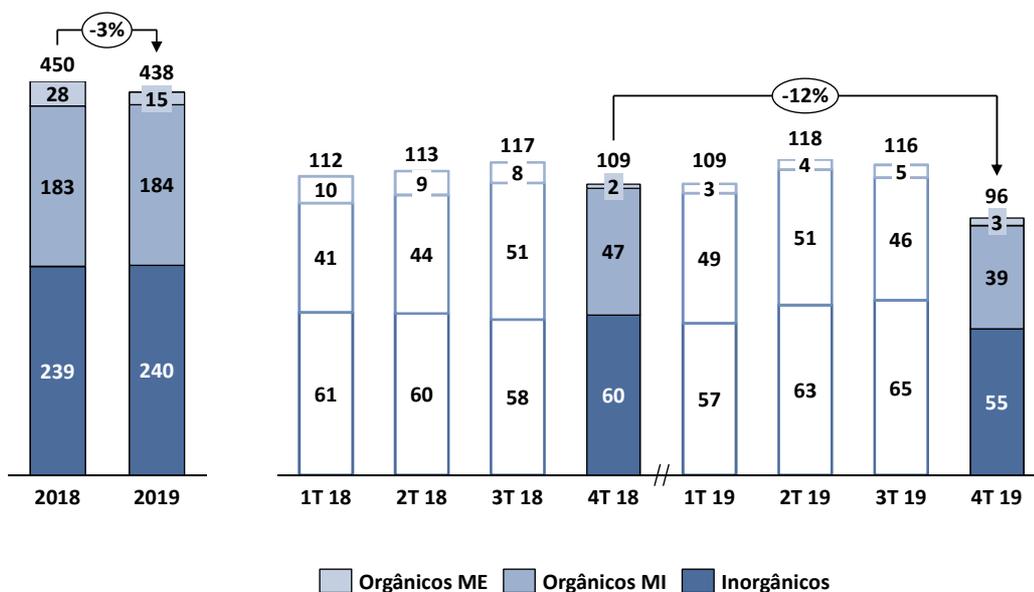
No acumulado de 2019, sobre igual período do ano anterior, o consumo aparente nacional de produtos químicos (CAN) teve declínio de 7,3%.

## Desempenho Operacional da Elekeiroz – Expedições

As expedições de produtos em 2019 totalizaram 438 mil toneladas, queda de 3% em relação a 2018. A redução de volume se deu principalmente nas exportações de produtos orgânicos que apresentaram queda de 13,6 mil toneladas, 48,2% em relação a 2018.

No último trimestre as vendas foram 12% inferiores às realizadas no mesmo período do ano passado, com queda tanto na expedição dos produtos orgânicos (-15,5%) como de inorgânicos (-8,5%). (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Expedição de Produtos (1.000 t)

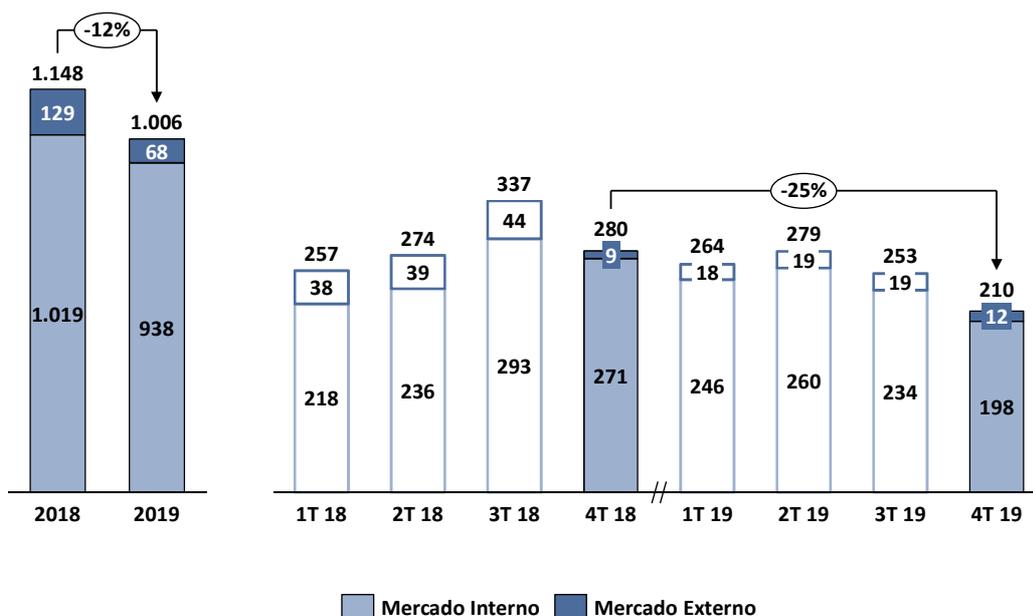


## Desempenho Financeiro da Elekeiroz

Menores volumes expedidos e uma queda nos preços dos produtos acompanhando o mercado internacional resultaram na redução de 12% na receita líquida de 2019 em relação à de 2018.

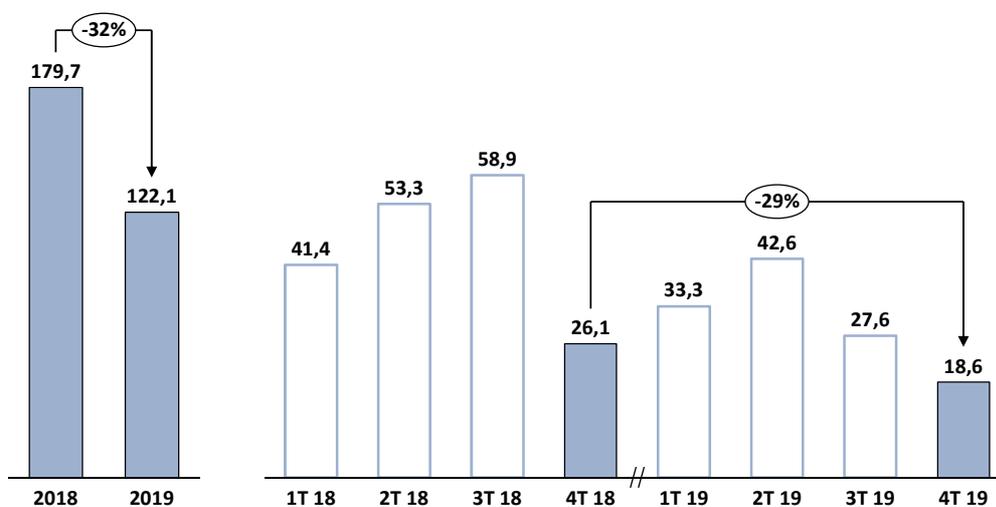
As receitas do trimestre foram 25% inferiores às do 4º trimestre de 2018, sobretudo, pela redução da receita nas vendas internas (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Receita Líquida (R\$ milhões)



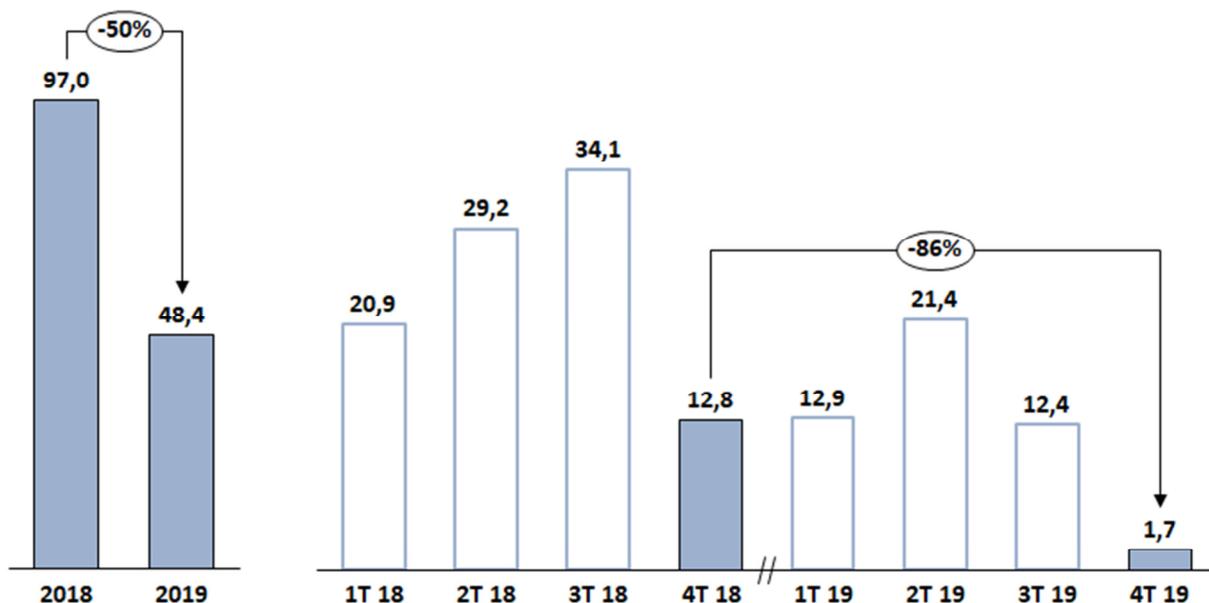
O lucro bruto registrou redução de 32% no ano e de 29% no 4º trimestre de 2019 em relação ao mesmo período de 2018. A queda do lucro reflete a queda das margens da indústria química em 2019. (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Lucro Bruto (R\$ milhões)



O EBITDA Recorrente seguiu a tendência do lucro bruto, sendo no total do ano, 50 % inferior ao realizado em 2018 (margem EBITDA de 4,8%) e 86% inferior na comparação do 4º trimestre (margem EBITDA de 0,8%). (Gráfico 4).

Gráfico 4 – EBITDA Recorrente (R\$ milhões)



A Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 58,8 milhões no ano e R\$ 11,1 milhões no último trimestre.

**Eventos Não Recorrentes:** No 1º trimestre tivemos o trânsito em julgado favorável de um processo tributário referente à exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS/COFINS, resultando no reconhecimento de um crédito de R\$ 32,2 milhões, sendo: (i) R\$ 17,8 milhões relativos à atualização monetária registrados no resultado financeiro; (ii) R\$ 14,4 milhões relativos ao valor principal, líquido de honorários, registrado em Outras Receitas Operacionais. No 4º trimestre foi reconhecido o complemento deste processo no valor de R\$ 9,2 milhões, sendo (i) R\$ 1,6 milhão relativo à atualização monetária; (ii) R\$ 7,6 milhões relativos ao valor principal.

R\$ milhões	4º Trimestre			Acumulado		
	2019	2018	variação	2019	2018	variação
<b>Receita Líquida</b>	<b>210,0</b>	<b>279,6</b>	<b>-25%</b>	<b>1.006,4</b>	<b>1.147,9</b>	<b>-12%</b>
Mercado Interno	198,0	270,9	-27%	938,3	1.018,5	-8%
Mercado Externo	12,1	8,8	38%	68,1	129,4	-47%
<b>CPV</b>	<b>191,5</b>	<b>253,6</b>	<b>-24%</b>	<b>884,3</b>	<b>968,2</b>	<b>-9%</b>
<b>Lucro Bruto</b>	<b>18,6</b>	<b>26,1</b>	<b>-29%</b>	<b>122,1</b>	<b>179,7</b>	<b>-32%</b>
<i>Margem Lucro Bruto</i>	8,8%	9,3%		12,1%	15,7%	
<b>Lucro Líquido</b>	<b>11,1</b>	<b>4,5</b>	<b>146%</b>	<b>58,8</b>	<b>66,3</b>	<b>-11%</b>
<b>Lucro Líquido Recorrente</b>	<b>1,9</b>	<b>4,5</b>	<b>-58%</b>	<b>17,4</b>	<b>61,9</b>	<b>-72%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>9,4</b>	<b>12,8</b>	<b>-27%</b>	<b>70,4</b>	<b>103,6</b>	<b>-32%</b>
<i>Margem EBITDA</i>	4,5%	4,6%		7,0%	9,0%	
<b>EBITDA Recorrente</b>	<b>1,7</b>	<b>12,8</b>	<b>-86%</b>	<b>48,4</b>	<b>97,0</b>	<b>-50%</b>
<i>Margem EBITDA Recorrente</i>	0,8%	4,6%		4,8%	8,5%	

## Investimentos

Os investimentos alcançaram R\$ 26,4 milhões em 2019 e foram destinados à sustentação das operações da companhia.

## Fatos Relevantes

### 1. Novo Laudo de Avaliação – Oferta Pública de Aquisição de Ações

Em 9 de dezembro de 2019, a Elekeiroz foi informada pelo Fundo Kilimanjaro que o Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários - CVM concluiu, conforme decisão proferida em 22 de outubro de 2019 no âmbito do Processo Administrativo nº 19957.005392/2018-60, em resposta à consulta formulada pelo Fundo sobre a possibilidade de contratação de novo avaliador independente no âmbito da OPA para elaboração de novo laudo de avaliação para fins da OPA ao invés de atualizar o laudo de avaliação apresentado originalmente (elaborado pelo Banco ABC Brasil S.A. e datado de 29 de junho de 2018, conforme divulgado em fato relevante divulgado em 4 de julho de 2018), em atendimento à exigência contida no item 2.3.1 do Ofício nº 236/2019/CVM/SRE/GER-1, de 13 de agosto de 2019, não haver óbice à contratação pelo Fundo de novo avaliador para elaborar um laudo de avaliação atualizado em atendimento ao inciso II do §9º do art. 8º da Instrução CVM 361, desde que o novo avaliador e o laudo por ele elaborado observem os requisitos previstos na regulamentação aplicável e seja reaberto o prazo, a partir da disponibilização ao mercado do novo laudo, para solicitação de convocação de assembleia especial, nos termos do art. 4º-A da Lei nº 6.404/76. Nesse sentido, o Fundo informa ter contratado e recebido novo laudo de avaliação (“Laudo de Avaliação”) preparado pela KPMG Corporate Finance Ltda. (“KPMG” ou “Avaliador”) de forma independente, em observância ao disposto na regulamentação aplicável, inclusive o art. 8º e o Anexo III da Instrução CVM 361, e o art. 4º da Lei nº 6.404/76, ao invés de buscar a atualização do laudo de avaliação independente que havia sido elaborado pelo Banco ABC Brasil S.A. Esse Laudo de Avaliação elaborado pela KPMG substitui, integralmente, o laudo de avaliação elaborado pelo Banco ABC Brasil S.A. anteriormente disponibilizado ao mercado e protocolado pelo Fundo na CVM junto ao material de pedido de registro da OPA, para todos os fins da OPA.

## **2. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio**

A Elekeiroz divulgou em 17 de dezembro a deliberação do seu Conselho de Administração, “ad referendum” da Assembleia Geral, declarando o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 0,3652 por ação, por conta do dividendo obrigatório do exercício de 2019, que serão pagos no dia 30.04.2020, com retenção de 15% de imposto de renda na fonte, resultando em juros líquidos de R\$ 0,3104 por ação, tendo como base de cálculo a posição acionária final do dia 20.12.2019 e serão creditados de forma individualizada a cada acionista nos registros da Companhia em 31.12.2019.

### **Auditores Independentes**

A BDO RCS Auditores Independentes S/S prestou exclusivamente serviços de auditoria independente para a Companhia em 2019 (Instrução CVM 381/03).

### **Conclusão e Agradecimentos**

O ano de 2019, foi particularmente desafiador, principalmente em virtude da redução de margens, resultado de um excedente de oferta de produtos químicos no mercado internacional.

Agradecemos o comprometimento de nossos colaboradores, a confiança em nós depositada pelos clientes, a parceria com fornecedores e o apoio recebido dos acionistas.

**A Administração**

**ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DA DIRETORIA  
REALIZADA EM 03 DE FEVEREIRO DE 2020**

**DATA, HORA E LOCAL:** em 03 de fevereiro de 2020, às 8:00 horas, na Rua Dr. Edgardo de Azevedo Soares, 392, Vila Bela Cintra – Várzea Paulista/SP.

**PRESIDENTE:** Marcos Antonio De Marchi.

**QUORUM:** a totalidade dos membros eleitos.

**DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE:** após exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Diretoria deliberou, por unanimidade e em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, alterada, declarar que:

- a) Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido sem ressalvas pela BDO RCS Auditores Independentes S/S (“BDO”), na qualidade de auditores independentes às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019, em atendimento às práticas de Governança Corporativa; e
- b) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

**ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a tratar e ninguém desejando manifestar-se, encerraram-se os trabalhos, lavrando-se esta ata que, lida e aprovada, foi por todos assinada. Várzea Paulista (SP), 03 de fevereiro de 2020. Marcos Antonio De Marchi - Diretor Presidente; Elder Antonio Martini e Ricardo Craveiro Massari - Diretores.

*MARCOS ANTONIO DE MARCHI*  
Diretor de Relações com Investidores

**ELEKEIROZ S.A.**

**Relatório do auditor independente**

**Demonstrações contábeis findas  
Em 31 de dezembro de 2019**

## **Conteúdo**

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

**Balancos patrimoniais**

**Demonstrações do resultado**

**Demonstrações do resultado abrangente**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

**Demonstrações dos fluxos de caixa**

**Demonstrações do valor adicionado**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Elekeiroz S.A.**  
Várzea Paulista - SP

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Elekeiroz S.A. ("Companhia")** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Elekeiroz S.A.** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Ajuste ao valor recuperável de ativos não financeiros

A avaliação realizada pela Administração da Companhia sobre a recuperabilidade dos ativos imobilizados no montante de R\$ 116.350 mil e dos ativos intangíveis no montante de R\$ 1.867 mil envolve julgamentos complexos, subjetivos e pressupostos sobre os resultados futuros para determinar o valor em uso das Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs") da Companhia. Os julgamentos e pressupostos essenciais feitos pela Administração para determinar o valor em uso das UGCs incluem, entre outros, a taxa de desconto e as projeções de receitas e custos, com a metodologia dos fluxos de caixa descontados por UGC.

Em 31 de dezembro de 2019, a Administração da Companhia revisou o valor recuperável dos ativos acima referidos, e como resultado, não foi identificada a necessidade de complemento ou redução do ajuste ao valor recuperável dos ativos relacionados às UGCs.

Detalhes sobre a política contábil referente ao teste para redução ao valor recuperável dos ativos estão descritos nas Notas Explicativas n<sup>os</sup> “2.12 - *Impairment* de ativos não financeiros”, “15 – Imobilizado” e “16 – Intangível” às demonstrações contábeis.

#### **Resposta da auditoria ao assunto**

Nossos testes foram aplicados nos valores contábeis dos ativos imobilizado e intangível de todas as UGCs da Companhia, que totalizam R\$ 118.217 mil, após ajustes de *impairment* efetuados em anos anteriores, nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019.

Avaliamos a consistência entre a política contábil relacionada com a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível e os procedimentos e testes adotados pela Administração para determinação do valor em uso das UGCs.

Testamos a consistência entre os valores utilizados para as projeções futuras com os orçamentos atuais aprovados pela Administração da Companhia, bem como comparamos as projeções com as expectativas dos mercados e setores em que as UGCs da Companhia atuam. Adicionalmente, comparamos as projeções utilizadas nos testes realizados nos anos anteriores com os resultados efetivos.

Ademais, realizamos uma análise de sensibilidade acerca das principais premissas utilizadas pela Administração (taxa de desconto, projeção de crescimento das vendas e margem de contribuição) com o objetivo de observar se essas premissas, individualmente ou coletivamente, requereriam necessidade de contabilização de *impairment* significativamente diferente do considerado e divulgado pela Administração. Também consideramos a probabilidade de tais mudanças nas premissas ocorrerem.

Avaliamos a sua adequada divulgação dos ativos não financeiros nas notas explicativas às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

Nossos exames não identificaram exceções relevantes nos julgamentos e premissas utilizados pela Administração, de forma que os valores e informações divulgadas nas demonstrações contábeis estão adequados.

#### **Realização do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos**

A avaliação realizada pela Administração da Companhia sobre a realização do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos no montante de R\$ 18.345 mil, envolve julgamentos complexos, subjetivos e pressupostos sobre os resultados futuros para determinar as bases tributárias futuras, as quais não ultrapassam dez anos. As projeções incluem estimativas referentes a desempenho da economia brasileira e internacional, volume e preço de venda e alíquotas de tributos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Como resultado das projeções realizadas pela Administração da Companhia, não foi identificada a necessidade de provisão adicional sobre o valor recuperável do Imposto de Renda e Contribuição Social diferido.

Detalhes sobre a política contábil relativa ao Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos estão descritos nas Notas Explicativas n<sup>os</sup> “2.16 - Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido” e “11 – Tributos diferidos” às demonstrações contábeis.

#### **Resposta da auditoria ao assunto**

Avaliamos a consistência entre a política contábil relacionada com o registro do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos, os procedimentos e as projeções futuras elaboradas pela Administração para determinação das bases tributárias futuras.

Testamos a consistência entre os valores utilizados para as projeções futuras com os orçamentos atuais aprovados pela Administração da Companhia, bem como comparamos as projeções com as expectativas dos mercados e setores em que Companhia atua. Adicionalmente, comparamos as projeções que suportaram o registro do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos nos anos anteriores com os resultados efetivos.

Ademais, realizamos uma análise de sensibilidade acerca das premissas utilizadas pela Administração, com o objetivo de observar se essas premissas, individualmente ou coletivamente, requereriam necessidade de contabilização de provisão para perdas sobre os créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido ativo.

Avaliamos a sua adequada divulgação dos valores de ativos diferidos nas notas explicativas às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

Nossos exames não identificaram exceções relevantes nos julgamentos e premissas utilizados pela Administração, de forma que os valores e informações divulgadas nas demonstrações contábeis estão adequados.

## **Outros assuntos**

### **Demonstração do valor adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 03 de fevereiro de 2020.



**BDO RCS Auditores Independentes SS**  
**CRC 2 SP 013846/O-1**

**Henrique Herbel de Melo Campos**  
**Contador CRC 1 SP 181015/O-3**



# Elekeiroz

## Balço patrimonial

Exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Ativo	Nota	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
<b>Ativo circulante</b>				<b>Passivo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	43.687	114.891	Fornecedores	17	48.510	56.414
Ativos financeiros a valor justo	33	-	3.201	Empréstimos e financiamentos	18	59.485	87.797
Contas a receber de clientes	8	85.943	119.765	Obrigações com pessoal	17	9.848	10.162
Estoques	9	126.965	102.816	Outros passivos	17	9.590	8.262
Outros ativos	12	12.130	10.412	Tributos a recolher	19	4.497	4.224
Tributos a recuperar	10	21.805	18.393	Dividendos a pagar	29	11.622	10.587
Despesas antecipadas		2.103	2.341	Participações de funcionários e administradores		7.767	13.661
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>292.633</b>	<b>371.819</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>151.319</b>	<b>191.107</b>
<b>Ativo não circulante</b>				<b>Passivo não circulante</b>			
<b>Realizável a Longo Prazo:</b>				Empréstimos e financiamentos	18	99.795	143.228
Tributos a recuperar	10	45.285	1.505	Provisão para contingências	20	16.553	18.898
Tributos diferidos	11	18.345	18.345	Outros passivos	17	15.407	15.999
Outros ativos	12	21.260	30.318	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>131.755</b>	<b>178.125</b>
				<b>Total do passivo</b>		<b>283.074</b>	<b>369.232</b>
Propriedades para investimentos	14	2.017	2.023	<b>Patrimônio líquido</b>			
Investimentos	13	18.444	19.697	Capital social	21(a)	103.057	103.057
Imobilizado	15	116.350	109.932	Reserva de capital	21(c)	8.326	8.326
Intangível	16	1.867	1.386	Reserva de lucros	21(d)	121.744	74.410
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>223.568</b>	<b>183.206</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>233.127</b>	<b>185.793</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>516.201</b>	<b>555.025</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>516.201</b>	<b>555.025</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



## Demonstração do resultado e do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

<b>Demonstração do resultado</b>	<b>Nota</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Receita operacional líquida	22	1.006.440	1.147.941
Custos dos produtos vendidos	23	<u>(884.395)</u>	<u>(968.211)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<b>122.045</b>	<b>179.730</b>
Despesas com vendas	23	(43.176)	(53.261)
Despesas gerais e administrativas	23	(58.656)	(66.715)
Outras receitas (despesas) líquidas	24	<u>34.095</u>	<u>30.470</u>
<b>Lucro operacional</b>		<b>54.308</b>	<b>90.224</b>
Receitas financeiras	25	38.973	48.929
Despesas financeiras	25	<u>(32.219)</u>	<u>(67.274)</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>6.754</b>	<b>(18.345)</b>
Participação nos prejuízos de <i>joint venture</i>	13	(2.114)	(909)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>58.948</b>	<b>70.970</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	26	<u>(115)</u>	<u>(4.712)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>58.833</b>	<b>66.258</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação</b>	28	1,87	2,10

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



## Demonstração do resultado e do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

---

Demonstração do resultado abrangente	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	28	58.833	66.258
Outros componentes do resultado abrangente do exercício		-	-
Total do resultado abrangente do exercício	28	<u>58.833</u>	<u>66.258</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.





## Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	58.948	70.970
Ajustes de		
Depreciação e amortização	17.603	13.692
Valor residual de imobilizado e investimentos baixados	238	(20.081)
Reversão para contas a receber de clientes, nos estoques e contingências	(1.518)	(8.980)
Participação nos prejuízos de <i>joint venture</i>	2.114	909
Despesas de juros	15.205	28.569
Perdas (ganhos) com operações com derivativos	3.201	(2.771)
Homologação crédito tributário	(43.631)	-
Amortização de patente	636	636
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	31.889	845
Estoques	(23.956)	(22.071)
Depósitos judiciais	(761)	(2.680)
Demais contas a receber	(4.848)	4.269
Tributos a recuperar não circulante	(150)	(824)
Valores a receber não circulante	10.691	(921)
Fornecedores	(7.904)	2.162
Impostos e obrigações trabalhistas	(13)	(1.077)
Demais contas a pagar	(5.189)	4.357
Caixa gerado nas operações	52.555	67.004
Imposto de renda e contribuição social pagos	(115)	(4.712)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>52.440</b>	<b>62.292</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Participações societárias	(1.500)	(1.599)
Aquisição de imobilizado	(23.347)	(37.287)
Aquisição de intangível	(1.536)	(202)
Receita de venda de ativos	153	26.990
Aplicações financeiras	-	3.587
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(26.230)</b>	<b>(8.511)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Captação de empréstimos	15.000	227.609
Liquidação de empréstimos	(101.951)	(193.932)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(10.463)	(28.924)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos</b>	<b>(97.414)</b>	<b>4.753</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos</b>	<b>(71.204)</b>	<b>58.534</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 7)</b>	<b>114.891</b>	<b>56.357</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 7)</b>	<b>43.687</b>	<b>114.891</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



## Demonstração do valor adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Receitas</b>		
Vendas de produtos	1.270.337	1.423.965
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(5.249)	(2.963)
	<u>1.265.088</u>	<u>1.421.002</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Custos dos produtos vendidos	(1.089.679)	(1.207.020)
Materiais, energia, serviços de terceiros e despesas	(41.313)	(90.300)
	<u>(1.130.992)</u>	<u>(1.297.320)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<u>134.096</u>	<u>123.682</u>
<b>Retenções</b>		
Depreciação e amortização	(17.603)	(13.692)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<u>116.493</u>	<u>109.990</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Participação nos prejuízos de <i>joint venture</i>	(2.114)	(909)
Receitas financeiras	38.973	48.929
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<u>153.352</u>	<u>158.010</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Pessoal</b>		
Remuneração direta	55.973	67.955
Benefícios	11.704	10.861
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	3.964	4.098
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		
Federais	28.665	19.946
Estaduais	(24.417)	(30.917)
Municipais	1.041	1.016
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>		
Aluguéis	2.652	2.977
Juros	14.937	15.816
<b>Remuneração de capital próprio</b>		
Dividendos	13.531	31.743
Lucro retido do exercício	45.302	34.515
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<u>153.352</u>	<u>158.010</u>

## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

---

### 1 **Informações gerais**

A Elekeiroz S.A. (“Elekeiroz” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto com ações negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, controlada pelo Fundo Kilimanjaro Brasil Partners I B – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (Fundo Kilimanjaro) e conta com três unidades industriais: duas em Camaçari – BA e uma em Várzea Paulista – SP, onde está sua sede. A Companhia tem por objetivo a industrialização e comercialização de produtos químicos e petroquímicos em geral, inclusive a revenda de tais produtos adquiridos de terceiros, importação e exportação, bem como a participação em outras sociedades.

Os produtos fabricados pela Elekeiroz são destinados fundamentalmente para o setor industrial, especialmente construção civil, vestuário, automotivo e alimentício.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 03 de fevereiro de 2020.

### 2 **Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

#### 2.1 **Base de preparação**

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.

#### **Demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

#### **Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**

##### **Alterações adotadas pela Companhia**

A norma IFRS 16 / CPC 06 (R2) aplicada a partir de 1º de janeiro de 2019, tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso para todos os contratos de arrendamento em que estiverem sob a luz da norma, com exceção daqueles contratos enquadrados nas exceções da norma devido a baixo valor ou curto período.

A Companhia realizou inventário dos contratos em andamento e refletiu o impacto financeiro desses contratos, como orienta a norma, na nota 17 e em conta específica no balanço patrimonial identificada pela conta 2.01.05.02.07 Passivo Arrendamento no formulário de demonstrações financeiras padronizadas (DFP). A Administração da Companhia julga que os efeitos não são relevantes para as demonstrações contábeis, e por não trazer benefícios aos leitores, suprimiu as notas explicativas específicas apresentando somente o impacto financeiro. Essa decisão foi tomada com base nas exceções descritas no CPC 06 (R2/ IFRS 16).

#### 2.2 **Apresentação de informação por segmentos**

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e que responde pela tomada de decisões estratégicas da Companhia, é a Administração da Companhia, que é composta pelo Conselho de Administração e Diretoria.



## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

---

### 2.3 Conversão de moeda estrangeira

#### (a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

#### (b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, contas a receber de clientes e fornecedores são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

### 2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o dinheiro em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

### 2.5 Ativos financeiros

#### 2.5.1 Classificação

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros com base no propósito, finalidade e características pelos quais foram adquiridos mensurando inicialmente pelo valor justo.

Subsequentemente os ativos financeiros são classificados entre custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

#### 2.5.2 Reconhecimento e mensuração

O reconhecimento de um ativo financeiro ocorre na data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, com exceção das contas a receber que são reconhecidas pelo preço de transação, somados os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a aquisição ou a emissão do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido realizados ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras receitas (despesas), líquidas" no período em que ocorrem.

O valor justo dos ativos e passivos com cotação pública é baseado nos preços de negociação na data de fechamento, se um ativo financeiro não possuir mercado ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.

#### 2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.



## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.5.4 Impairment de ativos financeiros

#### (a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está registrado por um valor superior ao seu valor recuperável. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- . Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- . Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

#### (b) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia no final de cada período de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos da dívida, a Companhia usa os critérios mencionados em (a) – Ativos mensurados ao custo amortizado. No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. No caso de instrumento de dívida, se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

### 2.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou "*impairment*").

### 2.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método do custo médio ponderado móvel. O custo dos produtos acabados compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e indiretos relacionados com a produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

### 2.8 Outros ativos circulante e não circulante

São apresentadas pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, variações monetárias e cambiais auferidos, ajustados a valor presente quando pertinente. Ativos contingentes são reconhecidos somente quando é praticamente certa sua realização ou com base em decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado.



## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Depósitos judiciais referem-se a quantias depositadas e mantidas em juízo até a resolução das questões legais relacionadas e estão mensurados pelo custo amortizado. Nos casos em que há provisão para contingências as mesmas são apresentadas deduzidas dos respectivos depósitos judiciais.

### 2.9 Ativos intangíveis

#### (a) Softwares

Inclui o direito de uso de *softwares*, capitalizados com base no custo incorrido e amortizados de acordo com sua vida útil estimada em 5 anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

#### (b) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 5 anos.

### 2.10 Propriedades para investimentos

A Companhia é proprietária de um imóvel em Arujá-SP não utilizado em suas operações. A administração da Companhia optou por avaliar a propriedade ao custo, sendo que o saldo está demonstrado ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação, quando aplicável. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, a uma taxa média de 4% ao ano.

A Companhia possui um apartamento localizado em Canoas – RS, recebido como pagamento de cliente, o qual foi classificado como propriedade para investimento.

Na data destas demonstrações o valor contábil desses ativos não excede ao seu valor recuperável estimado com base em laudo de avaliação a valor de mercado. O saldo das propriedades para investimento está apresentado na rubrica de Propriedade para Investimentos (Nota 14).

### 2.11 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes, como reformas e inspeções periódicas necessárias à operação, são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear a taxas compatíveis com o prazo de vida útil dos bens. Para os equipamentos e instalações utilizados diretamente no processo produtivo é utilizado o método das unidades produzidas levando em consideração a vida útil econômica dos bens.

A vida útil estimada dos bens é revisada anualmente e, se necessário, ajustada. As médias estimadas dos itens do imobilizado por categoria estão demonstradas abaixo:

	Anos
Construções	25
Equipamentos e instalações	3 a 20 (em média 5) (*)
Equipamentos de processamento de dados	5
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Terrenos	Não depreciados

(\*) A depreciação dos equipamentos e instalações industriais é variável em função dos volumes de produção, com as taxas médias entre 5% a 33,33% ao ano.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.



## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (Nota 2.12).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

Na data destas demonstrações contábeis a Companhia não possui operações de arrendamento mercantil financeiro.

### 2.12 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do balanço.

### 2.13 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

### 2.14 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

### 2.15 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

### 2.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.



## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda está calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% e estão sendo compensados os prejuízos fiscais existentes. A contribuição social sobre o lucro está calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, também considerando a compensação de bases negativas. A Companhia é beneficiária de redução parcial do imposto de renda sobre os resultados operacionais da sua base produtiva de Camaçari – BA no percentual de 75% até 31 de dezembro de 2025. A provisão para imposto de renda é constituída líquida da parcela relativa a incentivos fiscais, não havendo condições a serem cumpridas que pudessem afetar o reconhecimento deste crédito.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método passivo sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Na prática as inclusões ao lucro contábil de despesas, ou as exclusões das receitas, ambas temporariamente não tributáveis, geram o registro de créditos ou débitos tributários diferidos. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

### 2.17 Benefícios a empregados

#### (a) Plano de previdência privada

A Companhia oferece a todos os seus empregados um plano de previdência do tipo contribuição definida e como tal, são pagas contribuições fixas a uma Entidade separada (fundo de pensão), não tendo a Companhia nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. As contribuições são reconhecidas como despesa no período em que são incorridas e cessam após o término do vínculo empregatício do funcionário com a Companhia. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

#### (b) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes, vinculadas também ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos estabelecidos e aprovados no início do exercício. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

#### (c) Outros benefícios

Existe ainda a concessão de outros benefícios que envolvem seguro de vida e assistência médica, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a Companhia.

### 2.18 Capital social

O capital da Companhia é representado por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal. As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

### 2.19 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.



## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

---

**(a) Venda de produtos**

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o comprador, ou seja, para casos de vendas FOB, a receita é reconhecida no momento em que o comprador retira a mercadoria nas unidades da Companhia; para casos de venda CIF, a receita é reconhecida somente após entrega da mercadoria no local estabelecido pelo cliente.

**(b) Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

**(c) Receita com dividendos**

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido. Normalmente, esse direito de recebimento é estabelecido na aprovação do pagamento de dividendos pela parte responsável na empresa investida.

**(d) Demais receitas e despesas**

As demais receitas e despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime contábil de competência de exercícios.

### **2.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio**

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo ao final do exercício, ou em períodos menores conforme deliberado pelo Conselho de Administração, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração e por Assembleia dos Acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

### **2.21 Novas normas contábeis ainda não adotadas**

Não há outras normas IFRS/CPCs ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

## **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

### **3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas**

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

**(a) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**

A Companhia registra ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social. O reconhecimento desses ativos leva em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. As estimativas dos resultados futuros que permitirão à compensação desses ativos são baseadas no Orçamento da Companhia, que é revisado e aprovado pelo Conselho de Administração, levando em consideração cenários econômicos, taxas de desconto, e outras variáveis que podem não se realizar.

**(b) Plano de pensão**

A Companhia reconhece o valor presente das contribuições normais futuras, calculado pelo método de crédito unitário projetado, relacionado ao Plano de Contribuição Definida. O valor contabilizado na rubrica Plano de Previdência Privada representa o valor estimado das reduções de pagamentos das contribuições futuras que beneficiarão a Companhia. Este valor depende de uma série de variáveis e premissas relativas a taxa de desconto e condições atuais de mercado. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.



## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### (c) Provisões para contingências

A Companhia discute questões tributárias, trabalhistas e cíveis nas esferas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios e uma provisão para desembolsos futuros é constituída a partir de análise da Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos. Alterações em tendências de decisões ou jurisprudências em tribunais poderão alterar as estimativas ligadas a provisões para contingências.

### 3.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

Os itens onde a prática de julgamento pode ser considerada mais relevante referem-se à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões para passivos trabalhistas e tributários, provisão para créditos de liquidação duvidosa e redução ao valor recuperável de ativos.

## 4 Gestão de risco financeiro

### 4.1 Fatores de risco

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros e risco de preço), risco de crédito, risco de liquidez e risco de dependência de insumos básicos.

A gestão de risco é realizada pela Gerência Executiva Finanças e TI, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Gerência Executiva Finanças e TI da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais.

A gestão de risco dos instrumentos financeiros é conduzida pela Administração e é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

#### (a) Risco de mercado

##### (i) Risco cambial

Variações nas taxas de câmbio podem resultar na redução dos valores dos ativos ou aumento dos passivos. A Companhia gera ativos em moeda estrangeira, oriundos de receitas de exportações e passivos em moeda estrangeira decorrentes de importações de matérias primas e equipamentos necessários às suas operações normais ou de tomadas de financiamento externo em condições que lhe sejam convenientes também. De forma a não incorrer ou mitigar ao máximo os riscos de câmbio, o que é uma de suas políticas financeiras básicas, a Companhia utiliza-se do instrumento de adiantamento de contratos de câmbio - ACC, bem como operações de derivativos financeiros, para evitar o descasamento dos ativos e passivos em moeda estrangeira. A exposição líquida e a análise de sensibilidade às variações na taxa de câmbio estão apresentadas na Nota 4.1 (e).

##### (ii) Operações com derivativos

Com a finalidade de se proteger das variações de câmbio, a Companhia contratou operações com derivativos referentes aos contratos de SWAP US\$ x CDI. Os detalhes da operação estão descritos na Nota 33.

##### (iii) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxas de juros é o risco de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros. Esse risco é monitorado continuamente com o objetivo de se avaliar eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra a volatilidade das mesmas. A análise de sensibilidade exigida está apresentada na Nota 4.1 (e).

##### (iv) Risco de preço dos produtos e insumos

A Companhia enfrenta concorrência de produtores brasileiros e internacionais e os preços para a maioria dos seus produtos são fixados com base nos mercados internacionais. O acirramento dessa concorrência, bem como os desequilíbrios entre oferta e demanda, pode obrigar a empresa a baixar preços, prejudicando os resultados.

#### (b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes nacionais e estrangeiros, incluindo as contas a receber de clientes em aberto. O risco de crédito nas contas a receber é administrado por um Comitê Operacional de Crédito, composto pela Gerência Executiva Finanças e TI, Diretoria Comercial e Gerência Financeira.

As vendas da Companhia apresentam baixa concentração, não havendo clientes representando mais de 12% do faturamento líquido.

  
**Notas explicativas da administração às demonstrações  
contábeis em 31 de dezembro de 2019**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A Companhia possui uma política de crédito que estabelece limites e prazos, dentro dos padrões de liquidez, que são determinados por diversos instrumentos de *rating*. Além da diversificação no mercado interno, uma parcela de produtos é destinada ao mercado externo, seguindo o mesmo procedimento de avaliação de risco.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera perdas significativas decorrentes de inadimplência dessas contrapartes, além das perdas já provisionadas nestas demonstrações.

**(c) Risco de liquidez**

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O controle da posição de liquidez ocorre diariamente por meio do monitoramento dos fluxos de caixa. O excesso de caixa mantido é monitorado pelo departamento financeiro. A Companhia investe o excesso de caixa em aplicações financeiras e em títulos e valores mobiliários, com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do relatório, a Companhia possui aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários – CDB e recursos em bancos no valor de R\$ 42.603 (R\$ 114.025 em 31 de dezembro de 2018) e R\$ 1.084 em fundos de investimentos (R\$ 866 em 31 de dezembro de 2018) que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros e as obrigações com fornecedores contratadas pela Companhia na data de encerramento destas demonstrações:

**Em 31 de dezembro de 2019:**

	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Total
Fornecedores	48.510	-	-	48.510
Financiamentos	59.485	99.795	-	159.280
Outros passivos	9.590	15.407	-	24.997
<b>Total</b>	<b>117.585</b>	<b>115.202</b>	-	<b>232.787</b>

**Em 31 de dezembro de 2018:**

	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Total
Fornecedores	56.414	-	-	56.414
Financiamentos	87.797	81.434	61.794	231.025
Outros passivos	8.262	15.999	-	24.261
<b>Total</b>	<b>152.473</b>	<b>97.433</b>	<b>61.794</b>	<b>311.700</b>

As projeções contidas no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração para o próximo ano demonstram a capacidade de geração de caixa e cumprimento das obrigações, caso sejam concretizadas.

**(d) Dependência de insumos básicos**

Devido à volatilidade dos preços nos mercados internacionais, o aumento do valor de insumos básicos – como propeno, ortoxileno, enxofre, gás natural, benzeno, energia elétrica, entre outros – pode influenciar a composição de custos da Companhia, afetando os seus resultados.

**(e) Análises de sensibilidades adicional– risco cambial e taxa de juros**

Com base nos saldos de ativos e passivos expostos ao câmbio em 31 de dezembro de 2019, a Companhia realizou duas simulações com aumentos nas taxas de câmbio (R\$/US\$) de 25% e 50%, o cenário provável considera projeções da Companhia para as taxas de câmbio no vencimento das operações. Conforme demonstrado no quadro a seguir, considerada a baixa exposição líquida, variações cambiais dentro dos limites simulados não trariam impactos significativos aos resultados da Companhia.



## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

RISCO DE VARIAÇÃO CAMBIAL				
Operação	Saldo 31/12/2019	Efeitos no Resultado até o Vencimento		
		Provável	Possível (+/- 25%)	Remoto (+/- 50%)
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>				
Exportações a Receber	11.920	-	Perda US\$ (2.980)	(5.960)
<b>Total de ativos financeiros</b>	<b>11.920</b>	<b>-</b>	<b>(2.980)</b>	<b>(5.960)</b>
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>				
Fornecedores Exterior	8.668	(256)	Perda US\$ (2.167)	(4.334)
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>8.668</b>	<b>(256)</b>	<b>(2.167)</b>	<b>(4.334)</b>
<b>EXPOSIÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>3.252</b>	<b>(256)</b>	<b>Perda US\$ (5.147)</b>	<b>(10.294)</b>

### 4.2 Gestão de capital

A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus acionistas e controle do nível de endividamento pelo monitoramento do índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, recebíveis exportações garantia ACC e *SWAP*. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
A - Total dos empréstimos e financiamentos (nota 18)	159.280	231.025
B - (-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(43.687)	(114.891)
C - (-) Recebíveis exportações garantia ACC	-	(12.618)
D - (+/-) <i>SWAP</i> (nota 33)	-	(3.201)
E - (+/-) Passivos de arrendamento	1.256	-
F = (A - B - C - D + E) - Dívida líquida	116.849	100.315
G - Total do patrimônio líquido	233.127	185.793
H = (F + G) - Capital total	349.976	286.108
G / H = Índice de alavancagem financeira	33%	35%

### 4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

.Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).

.Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).

.Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).



## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### 4.4 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. Tais instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de hedge account. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outras receitas (despesas), líquidas".

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

### 5 Instrumentos financeiros por categoria

Em 31 de dezembro de 2019

Instrumentos financeiros	Custo Amortizado	Ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalente de caixa	43.687	-	43.687
Contas a receber	85.943	-	85.943
Outros ativos	33.390	-	33.390
Empréstimos e financiamentos	159.280	-	159.280
Fornecedores	48.510	-	48.510
Outros passivos	24.997	-	24.997
<b>Total</b>	<b>395.807</b>	<b>-</b>	<b>395.807</b>

Em 31 de dezembro de 2018

Instrumentos financeiros	Custo Amortizado	Ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalente de caixa	114.891	-	114.891
Contas a receber	119.765	-	119.765
Instrumentos financeiros derivativos	-	3.201	3.201
Outros ativos	40.730	-	40.730
Empréstimos e financiamentos	231.025	-	231.025
Fornecedores	56.414	-	56.414
Outros passivos	24.261	-	24.261
<b>Total</b>	<b>587.086</b>	<b>3.201</b>	<b>590.287</b>

### 6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros relativa às contas a receber de clientes circulante e não circulante, é avaliada por metodologia interna de classificação dos clientes que considera o tempo de cadastro do cliente, e seu histórico de pagamentos, resultando na classificação dos ativos financeiros em quatro categorias:

Rating	Tempo de Cadastro	Histórico de Pagamentos
A	Acima de 5 anos	Pontual
B	Acima de 3 anos	Até 1 dia de atraso médio
C	Igual ou menor de 3 anos	Acima de 1 dia de atraso médio
D	-	Inadimplentes



## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Rating	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
A	42,9%	48,7%
B	16,1%	21,3%
C	16,7%	12,5%
D	24,3%	17,5%

Os depósitos em bancos e aplicações financeiras no montante de R\$ 43.687 (R\$ 114.891 em 31 de dezembro de 2018) estão classificados como baixo risco para curto prazo.

### 7 Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Recursos em bancos e em caixa	63	1.947
Aplicações financeiras de curto prazo – CDI	42.758	112.078
Aplicações financeiras de curto prazo – Fundos de investimento	866	866
<b>Total</b>	<b>43.687</b>	<b>114.891</b>

As aplicações de curto são representadas por Certificado de Depósito Bancários – CDB pós-fixados, junto a instituições financeiras de primeira linha, com rendimento atrelado à taxa CDI. A taxa média das aplicações em 31 de dezembro de 2019 é de 89,45% do CDI (em 31 de dezembro de 2018 – 99,22% do CDI).

### 8 Contas a receber de clientes

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Clientes no País	80.699	93.026
Clientes no exterior	11.920	31.483
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(6.676)	(4.744)
<b>Total circulante</b>	<b>85.943</b>	<b>119.765</b>
Clientes no País	23.943	24.857
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(23.943)	(24.857)
<b>Total contas a receber</b>	<b>85.943</b>	<b>119.765</b>

Os recebíveis de clientes estão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

A Companhia revisa trimestralmente sua carteira de recebíveis avaliando as expectativas de realização dos créditos. Esta avaliação considera principalmente: (i) alteração em dados cadastrais, (ii) informações econômico-financeiras, (iii) histórico de compras e pagamentos, (iv) informações restritivas no mercado, (v) consultas a sistemas externos de informação e (vi) garantias.

Para os clientes que iniciam processos de recuperação judicial são constituídas imediatamente provisões que variam de 20% a 100% dos créditos a receber. Este provisionamento considera análise caso a caso, sendo revisado a medida que a situação do cliente evolui, com apresentação dos planos de recuperação e suas respectivas condições, aprovação ou não do plano na assembleia de credores, julgamento quanto à possibilidade ou não do cliente efetivamente conseguir cumprir o plano, etc.

Os valores justos das contas a receber se aproximam dos seus valores contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 e nestes períodos nenhum dos clientes da Companhia representava mais do que 12% das receitas totais.

**CPC 48 – Instrumentos Financeiros:** A Companhia elaborou uma metodologia para reconhecer as perdas esperadas por redução ao valor recuperável. As análises são realizadas mensalmente e as perdas esperadas estão registradas como provisão para crédito de liquidação duvidosa.



## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O quadro a seguir apresenta os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
A vencer	83.869	113.678
Vencidos até 30 dias	2.418	3.515
Vencidos de 31 a 60 dias	24	1.716
Vencidos de 61 a 90 dias	1	342
Vencidos de 91 a 120 dias	23	588
Vencidos acima de 120 dias	30.227	29.526
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(30.619)	(29.600)
<b>Total</b>	<b>85.943</b>	<b>119.765</b>

Em 31 de dezembro de 2019, as contas a receber de clientes vencidos até 60 dias, no valor de R\$ 2.442 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 5.231) referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico de inadimplência recente, são prorrogações e atrasos normais.

Os títulos vencidos há mais de 61 dias no valor de R\$ 30.251 (em 31 de dezembro de 2018 R\$ 30.456) referem-se, substancialmente, a clientes em recuperação judicial. Os recebíveis desses clientes foram provisionados integralmente.

As movimentações da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa da Companhia são as seguintes:

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Saldo Inicial	29.600	29.067
(+) Constituição provisão	5.249	6.510
(-) Realização provisão	(4.230)	(5.977)
<b>Saldo Final</b>	<b>30.619</b>	<b>29.600</b>
<b>Demonstrado como:</b>		
<b>Circulante</b>	<b>6.677</b>	<b>4.744</b>
<b>Não circulante</b>	<b>23.942</b>	<b>24.856</b>

A constituição e a baixa da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa foram registradas no resultado do exercício como "despesas com vendas e outras despesas operacionais".

As contas a receber de clientes da Companhia são mantidas nas seguintes moedas:

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Reais	74.023	88.282
Euros	2.236	870
Dólares Americanos	9.684	30.613
<b>Total</b>	<b>85.943</b>	<b>119.765</b>

## 9 Estoques

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Produtos acabados	72.197	37.434
Matérias primas, auxiliares e embalagens	46.283	57.443
Almoxarifado geral	11.291	10.937
Provisão para perdas nos estoques ( <sup>1</sup> )	(2.806)	(2.998)
<b>Total</b>	<b>126.965</b>	<b>102.816</b>

( <sup>1</sup> ) A provisão para perdas nos estoques é constituída para aqueles produtos que se encontram obsoletos na data das demonstrações contábeis.

O custo dos estoques reconhecidos como despesas e incluídos em "Custo dos produtos vendidos" totalizou R\$ 884.395 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 968.211 em 31 de dezembro de 2018).



## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As movimentações da provisão para perdas nos estoques da Companhia são as seguintes:

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Saldo Inicial	2.998	4.693
(+) Constituição provisão	3.475	43
(-) Realização provisão	(3.667)	(1.738)
<b>Saldo Final</b>	<b>2.806</b>	<b>2.998</b>

### 10 *Tributos a recuperar*

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
<b>Impostos a recuperar / compensar</b>		
Contribuição social sobre lucro	5.337	1.717
Imposto de renda	6.566	3.060
ICMS a compensar sobre aquisições de ativos	2.504	2.318
ICMS saldo Credor – BA	1.630	2.536
Crédito fiscal relativo ao programa Reintegra	136	2.390
Créditos tributários federais a compensar decorrentes de processos judiciais transitado em julgado	4.306	6.616
Exclusão ICMS base de cálculo PIS/COFINS (*)	43.638	-
Outros	2.973	1.261
<b>Total</b>	<b>67.090</b>	<b>19.898</b>
<b>Demonstrado como:</b>		
Circulante	21.805	18.393
Não circulante	45.285	1.505

(\*) A Companhia requisitou judicialmente a exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e Cofins em outubro de 2007. Com a decisão favorável, emitida em diário oficial em 27 de fevereiro de 2019, foi permitida a apuração dos créditos desde outubro de 2002 a dezembro de 2018 somando R\$ 24.245 em créditos tributários e R\$ 19.393 em receitas financeiras oriundas de atualização monetária desses valores.

### 11 *Tributos diferidos*

Para fins de melhor apresentação e, em conformidade com o disposto no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, – a Companhia está apresentando os ativos fiscais diferidos líquidos dos passivos fiscais diferidos.



## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A movimentação líquida da conta de impostos diferidos é a seguinte:

	Saldo Inicial 31/12/2018	Constituição	Reversão	Saldo final 31/12/2019
<b>Ativos de impostos diferidos</b>				
Prejuízos fiscais e bases negativas	55.912	27	-	55.939
Provisão para devedores duvidosos	10.064	1.785	(1.438)	10.411
Provisão para contingências trabalhistas	3.909	1.236	(2.277)	2.868
Provisão para contingências fiscais	1.084	374	(63)	1.395
Impairment ativo imobilizado e intangível	37.676	-	(4.540)	33.136
Baixa ativo imobilizado fábricas desativadas	10.193	-	-	10.193
Provisões diversas	9.582	2.779	(3.251)	9.110
Ajuste a valor presente (AVP)	580	-	(197)	383
<b>Total de ativos de impostos diferidos</b>	<b>129.000</b>	<b>6.201</b>	<b>(11.766)</b>	<b>123.435</b>
<b>Passivos de impostos diferidos</b>				
Provisões diversas	2.420	7.483	(1.767)	8.136
Créditos Tributários	-	14.837	-	14.837
<b>Total de passivos de impostos diferidos</b>	<b>2.420</b>	<b>22.320</b>	<b>(1.767)</b>	<b>22.973</b>
<b>Total de imposto diferido líquido</b>	<b>126.580</b>	<b>(16.119)</b>	<b>(9.999)</b>	<b>100.462</b>
<b>Resumo:</b>				
Valor recuperável ( <sup>1</sup> )	18.345	-	-	18.345
Valor dos impostos diferidos não constituídos	108.235	-	(26.118)	82.117
<b>Total de imposto diferido líquido</b>	<b>126.580</b>	<b>-</b>	<b>(26.118)</b>	<b>100.462</b>

Os ativos de tributos diferidos são reconhecidos para os prejuízos fiscais na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro. A Companhia não reconheceu ativos de tributos diferidos em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$ 82.117 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 108.235).

( <sup>1</sup> ) Valor recuperável em 10 anos conforme a projeção de resultados tributários.

## 12 Outros ativos

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Depósitos judiciais e vinculados	8.675	7.914
Venda de ativo imobilizado ( <sup>1</sup> )	21.928	29.756
Créditos com partes relacionadas	1.555	1.599
Outros ativos	1.232	1.461
<b>Total</b>	<b>33.390</b>	<b>40.730</b>
Demonstrado como:		
<b>Circulante</b>	<b>12.130</b>	<b>10.412</b>
<b>Não circulante</b>	<b>21.260</b>	<b>30.318</b>

( <sup>1</sup> ) A Companhia alienou dois imóveis de sua propriedade localizados no município de Várzea Paulista sendo: (i) em agosto de 2015 por R\$ 23.500 com prazo de recebimento em 64 parcelas corrigidas pelo IGPM + 2% a.a., foram recebidas 36 parcelas até o encerramento destas demonstrações; (ii) em abril de 2018 por R\$ 23.654 com prazo de recebimento em 36 parcelas corrigidas pelo IGPM + 3% a.a., com os vencimentos iniciando em abril de 2019. Conforme orientado pelo CPC 12 - Ajuste a Valor Presente – a Companhia calculou o ajuste a valor presente (AVP) das contas a receber descontando as parcelas pela variação do CDI e reconhecendo o AVP nas contas a receber de clientes parcelas no circulante e não circulante.



**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**13 Investimentos**

	Participações em Controladas em Conjunto			Outros Investimentos		Total Investimentos
	Nexoleum Bioderivados S.A.			Cetrel S.A.	Outros	
	Valor contábil	Mais valia dos ativos Intangível	Total	Valor contábil	Valor contábil	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.582</b>	<b>12.650</b>	<b>14.232</b>	<b>5.463</b>	<b>2</b>	<b>19.697</b>
Aumento de capital	1.500	-	1.500	-	-	1.500
Equivalência patrimonial	(2.114)	-	(2.114)	-	-	(2.114)
Amortização do intangível	-	(637)	(637)	-	-	(637)
Baixas	-	-	-	-	(2)	(2)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>968</b>	<b>12.013</b>	<b>12.981</b>	<b>5.463</b>	<b>-</b>	<b>18.444</b>

A Companhia possui participação de 50% na Empresa Nexoleum Bioderivados S.A., *joint venture* que explora mercado de plastificantes com base renovável, por meio de produção e oferta de produtos bioderivados de origem vegetal no Brasil e em regiões relevantes como Estados Unidos e Europa.

Em 2019 a Companhia e seus sócios na investida, efetuaram aumento de capital no valor de R\$3.000 (Aumento de R\$1.500 pela Companhia em 06 de maio e R\$1.500 pelos outros sócios em 25 de junho) com o objetivo de liquidar as despesas e custos da Nexoleum.

Conforme informado em fato relevante divulgado em, 22 de julho de 2019, no dia 19 de julho de 2019 houve um incêndio nas dependências da investida Nexoleum Bioderivados S.A., localizada na Cidade de Cotia, Estado de São Paulo.

O incêndio teve impacto significativo na planta da Nexoleum, resultando na paralisação da produção direta pela Companhia. A receita líquida da Nexoleum equivale a aproximadamente 2% da receita líquida da Companhia (base junho/19). Destacamos que não houve vítimas ou danos a pessoas, tendo sido preservada a integridade física dos colaboradores da Investida.

As operações da Nexoleum estão sendo realizadas em terceiros até o momento.

A Companhia, reconheceu em seu Balanço as perdas apuradas e danos materiais ocorridos.

Os outros investimentos não representam controladas e/ou coligadas e seus saldos contábeis são mantidos a custo de aquisição, e deduzidos de *impairment* quando aplicável.

**14 Propriedades para investimentos**

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Valor de imóvel, terreno e das instalações, líquido de depreciação	2.017	2.023

A Companhia possui terreno e instalações no município de Arujá classificadas como propriedades para investimentos. O valor justo em 31 de dezembro de 2019, com base em laudos de especialistas é de R\$ 32.425 (em 31 de dezembro de 2018 R\$ 38.000), valor contábil do imóvel em 31 de dezembro de 2019: R\$ 1.449 (em 31 de dezembro de 2018 R\$ 1.455), não há variação significativa neste valor até a data destas demonstrações financeiras.

Em setembro de 2016 a Companhia recebeu como pagamento de dívida com cliente um apartamento localizado na Cidade de Canoas – RS. O qual foi classificado como propriedade para investimento. O valor justo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 597 (em 31 de dezembro de 2018 R\$ 650), valor contábil do apartamento em 31 de dezembro de 2019: R\$ 568 (em 31 de dezembro de 2018 R\$ 568).



**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**15 Imobilizado**

**Resumo do imobilizado**

	Terrenos	Construções	Equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Equip. de processamento de dados	Imobilizado em curso	Impairment	Total
<b>Saldo Inicial em 31/12/17</b>									
Custo	9.819	56.210	562.313	4.878	3.377	4.255	18.686	-	659.538
Depreciação acumulada	-	(43.189)	(392.915)	(3.593)	(2.579)	(3.318)	-	-	(445.594)
Impairment	-	(8.835)	(132.891)	(797)	(131)	(363)	(7.500)	26.740	(123.777)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>9.819</b>	<b>4.186</b>	<b>36.507</b>	<b>488</b>	<b>667</b>	<b>574</b>	<b>11.186</b>	<b>26.740</b>	<b>90.167</b>
<b>Em 31/12/2017</b>									
<b>Saldo inicial</b>	<b>9.819</b>	<b>4.186</b>	<b>36.507</b>	<b>488</b>	<b>667</b>	<b>574</b>	<b>11.186</b>	<b>26.740</b>	<b>90.167</b>
Aquisições	-	21	1.752	200	739	250	35.924	-	38.886
Baixas custo	(5.239)	(1.909)	(1.479)	(8)	(668)	(213)	(1.375)	216	(10.675)
Baixas deprec acumulada	-	1.663	1.404	8	484	210	-	-	3.769
Depreciações	-	(1.654)	(26.378)	(283)	(308)	(378)	-	16.786	(12.215)
Transferências	-	596	9.972	35	71	-	(10.674)	-	-
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>4.580</b>	<b>2.903</b>	<b>21.778</b>	<b>440</b>	<b>985</b>	<b>443</b>	<b>35.061</b>	<b>43.742</b>	<b>109.932</b>
<b>Saldo Inicial em 31/12/2018</b>									
Custo	4.580	54.918	572.558	5.105	3.519	4.292	42.562	-	687.534
Depreciação acumulada	-	(43.180)	(417.889)	(3.868)	(2.403)	(3.486)	-	-	(470.826)
Impairment	-	(8.835)	(132.891)	(797)	(131)	(363)	(7.501)	43.742	(106.776)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>4.580</b>	<b>2.903</b>	<b>21.778</b>	<b>440</b>	<b>985</b>	<b>443</b>	<b>35.061</b>	<b>43.742</b>	<b>109.932</b>
<b>Em 31/12/2019</b>									
<b>Saldo inicial</b>	<b>4.580</b>	<b>2.903</b>	<b>21.778</b>	<b>440</b>	<b>985</b>	<b>443</b>	<b>35.061</b>	<b>43.742</b>	<b>109.932</b>
Aquisições	-	119	1.475	99	40	348	21.266	-	23.347
Baixas custo	-	-	(1.600)	(2)	(333)	(55)	(153)	1.103	(1.040)
Baixas deprec acumulada	-	-	324	1	283	54	-	-	662
Depreciações	-	(1.620)	(25.669)	(297)	(297)	(301)	-	12.148	(16.036)
Transferências	-	660	38.415	286	6	12	(39.894)	-	(515)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>4.580</b>	<b>2.062</b>	<b>34.723</b>	<b>527</b>	<b>684</b>	<b>501</b>	<b>16.280</b>	<b>56.993</b>	<b>116.350</b>
<b>Saldo em 31/12/2019</b>									
Custo	4.580	55.697	609.641	5.485	3.232	4.597	16.280	-	699.512
Depreciação acumulada	-	(44.800)	(442.027)	(4.161)	(2.417)	(3.733)	-	-	(497.138)
Impairment	-	(8.835)	(132.891)	(797)	(131)	(363)	-	56.993	(86.024)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>4.580</b>	<b>2.062</b>	<b>34.723</b>	<b>527</b>	<b>684</b>	<b>501</b>	<b>16.280</b>	<b>56.993</b>	<b>116.350</b>

O montante de R\$ 16.036 (R\$ 12.215 em 31 de dezembro de 2018) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado em "Custo dos produtos vendidos", R\$ 14.881 (R\$ 11.013 em 31 de dezembro de 2018) e R\$ 1.155 (R\$ 1.202 em 31 de dezembro de 2018) em "Despesas gerais e administrativas".

**Impairment de ativos não financeiros**

Em atendimento ao CPC 01, visando averiguar a existência de ativos registrados contabilmente por valor que exceda seus valores de recuperação, a Companhia realizou avaliação dos itens componentes do seu ativo imobilizado e intangível em 31.12.2016.

A Companhia constatou que as Unidades Geradoras de Caixa de Álcoois, Anidrido Maleico e Resinas de Poliéster apresentaram valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, resultando na constituição de *impairment* sobre esses ativos.

A única Unidade Geradora de Caixa de Camaçari é a planta de Álcoois/Gases, que demandou *impairment*, portanto o mesmo tratamento foi aplicado aos ativos de suas áreas de apoio e de suas áreas indiretas.

Em 2019 a Companhia fez o estudo de *Impairment* de seus ativos imobilizados e intangíveis para o período de 10 anos, utilizando premissas econômicas divulgadas pelo Banco Itaú BBA e outros para os próximos 5 anos e extrapolando as premissas para os anos seguintes, considerando as variações de suas principais matérias primas e produtos de acordo com as variações projetadas para o mercado.

Apesar do melhor desempenho apresentado pela Companhia em 2019, as projeções de longo prazo ainda confirmam o estudo de *Impairment* feito em 2016, sendo por isso mantido pela Companhia.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

16 Intangível

Resumo do intangível

	Software direito de uso	Impairment	Total
<b>Saldo Inicial em 31/12/17</b>			
Custo	10.641		10.641
Amortização acumulada	(7.338)		(7.338)
Impairment	(780)	138	(642)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>2.523</b>	<b>138</b>	<b>2.661</b>
<b>Em 31/12/2018</b>			
Saldo inicial	2.523	138	2.661
Aquisições	202	-	202
Amortização	(1.584)	107	(1.477)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>1.141</b>	<b>245</b>	<b>1.386</b>
<b>Saldo em 31/12/2018</b>			
Custo	10.842		10.842
Amortização acumulada	(8.921)		(8.921)
Impairment	(780)	245	(535)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>1.141</b>	<b>245</b>	<b>1.386</b>
<b>Em 31/12/2019</b>			
Saldo inicial	1.141	245	1.386
Aquisições	1.536	-	1.536
Amortização	(1.671)	101	(1.570)
Transferências	515	-	515
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>1.521</b>	<b>346</b>	<b>1.867</b>
<b>Saldo em 31/12/2019</b>			
Custo	12.894	-	12.894
Amortização acumulada	(10.593)	-	(10.593)
Impairment	(780)	346	(434)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>1.521</b>	<b>346</b>	<b>1.867</b>

17 Fornecedores, obrigações com pessoal e outros passivos

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Contas a pagar aos fornecedores	48.510	56.414
Obrigações com pessoal	9.848	10.162
Provisão para desmontagem (¹)	15.000	15.000
Provisões diversas	692	1.644
Passivo de arrendamento (²)	1.256	-
Outras contas a pagar	8.049	7.617
	<b>83.355</b>	<b>90.837</b>
<b>Demonstrado como:</b>		
<b>Circulante</b>	<b>67.948</b>	<b>74.838</b>
<b>Não circulante</b>	<b>15.407</b>	<b>15.999</b>

(¹) No exercício de 2016, devido à desativação das fábricas de Plásticos e Ftálico da unidade de Camaçari (BA), a Companhia constituiu provisão de R\$ 15.000 como uma estimativa para a desmontagem das linhas. Atualmente estão sendo avaliadas propostas e prazos para a execução desse trabalho.

(²) Reconhecimento do passivo de arrendamento conforme IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamento. A Companhia optou por não divulgar nota específica devido à imaterialidade dos saldos e a baixa relevância da abertura das informações aos leitores. A decisão de suprimir as notas explicativas dos arrendamentos operacionais baseia-se nas exceções permitidas nas normas contábeis.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

18 *Empréstimos e financiamentos*

Os financiamentos, referentes a investimentos em ampliação e modernização das instalações e capital de giro, têm as seguintes características:

Modalidade	Encargos - %	Garantias	Amortização	Término	31/12/2019		31/12/2018	
					Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
NCE – CCB	100,00% CDI	-	Anual	16/04/2019	-	-	15.315	-
FINEX SANTANDER	CDI + 2,28 aa	-	Final	29/07/2019	-	-	15.517	-
CCE - SANTANDER	CDI + 2,5 aa	Cessão fiduciária	Semestral	15/06/2023	7.319	16.085	7.001	23.333
CCB – BRASIL	CDI + 2,35 aa	Cessão fiduciária	Semestral	02/05/2023	9.692	21.666	9.745	31.111
DEBÊNTURES SIMPLES	CDI + 2,50 aa	Cessão fiduciária	Trimestral	22/06/2023	27.930	62.987	20.461	90.588
NCE – Bradesco	CDI + 1,06 aa	-	Final	24/07/2020	15.405	-	-	-
(-) CUSTOS DE CONTRATAÇÃO					(861)	(943)	(1.155)	(1.804)
<b>TOTAL MOEDA NACIONAL</b>					<b>59.485</b>	<b>99.795</b>	<b>66.884</b>	<b>143.228</b>
NCE – ABC	129,25% CDI	Cessão fiduciária	Anual	04/07/2019	-	-	8.141	-
ACC – SAFRA	4,72 aa	-	Final	25/01/2019	-	-	12.772	-
<b>TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA</b>					<b>-</b>	<b>-</b>	<b>20.913</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>					<b>59.485</b>	<b>99.795</b>	<b>87.797</b>	<b>143.228</b>

Em junho de 2018 a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures simples não conversíveis em ações da espécie com garantia real em série única no valor de R\$ 110.000 com vencimento em 22 de julho de 2023, remunerada pela CDI + 2,50 a.a. com amortizações trimestrais a partir de 22 de junho de 2019.

Os financiamentos classificados no não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
2020	-	40.580
2021	37.972	40.854
2022	41.115	41.126
2023	20.708	20.668
<b>Total</b>	<b>99.795</b>	<b>143.228</b>



## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os valores dos financiamentos estão registrados pelos seus custos amortizados, os quais se aproximam dos seus valores justos. O quadro abaixo detalha a movimentação dos empréstimos e financiamentos e a composição da dívida líquida:

	Empréstimos bancários			Passivo de arrendamento	Caixa e equivalentes	Derivativos	Aplicações financeiras	Recebíveis em garantia	Dívida líquida
	Circulante	Não circulante	Total da dívida						
<b>Dívida líquida em 1º de janeiro de 2018</b>	<b>80.807</b>	<b>87.982</b>	<b>168.789</b>	-	(56.357)	(430)	(3.587)	-	<b>108.415</b>
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	(193.932)	-	(193.932)	-	(58.534)	-	3.587	-	(248.879)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	48.227	-	48.227	-	-	(2.771)	-	(12.618)	32.838
Aquisição	-	227.609	227.609	-	-	-	-	-	227.609
Variações monetárias/cambiais	(19.668)	-	(19.668)	-	-	-	-	-	(19.668)
Transferências para o circulante	172.363	(172.363)	-	-	-	-	-	-	-
<b>Dívida líquida em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>87.797</b>	<b>143.228</b>	<b>231.025</b>	-	<b>(114.891)</b>	<b>(3.201)</b>	-	<b>(12.618)</b>	<b>100.315</b>
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	(101.951)	-	(101.951)	-	71.204	-	-	-	(30.747)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	15.900	-	15.900	-	-	3.201	-	12.618	31.719
Aquisição/novos arrendamentos	-	15.000	15.000	1.256	-	-	-	-	16.256
Variações monetárias/cambiais	(694)	-	(694)	-	-	-	-	-	(694)
Transferências para o circulante	58.433	(58.433)	-	-	-	-	-	-	-
<b>Dívida líquida em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>59.485</b>	<b>99.795</b>	<b>159.280</b>	<b>1.256</b>	<b>(43.687)</b>	-	-	-	<b>116.849</b>

### Acordo e restrições contratuais ("Covenants")

A Companhia no curso normal de seus negócios obtém empréstimos com instituições financeiras e firma acordos comerciais com demais entidades os quais são formalizados contratualmente com suas respectivas definições de cláusulas de atendimento, restrições e/ou garantias ("covenants"). De forma geral, as restrições às quais a Companhia está sujeita tratam, sobretudo em 2019, quanto aos contratos de financiamentos e empréstimos junto aos bancos do Brasil e Santander e na emissão das debêntures.

No encerramento destas demonstrações a Companhia está cumprindo os *covenants* previstos nos contratos de empréstimos junto aos bancos do Brasil e Santander e na emissão das debêntures.

## 19 Tributos a recolher

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Obrigações tributárias federais	2.761	4.224
Obrigações tributárias estaduais	1.736	-
<b>Total de tributos a recolher</b>	<b>4.497</b>	<b>4.224</b>
<b>Demonstrado como:</b>		
Circulante	4.497	4.224
Não circulante	-	-

  
**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**20 Provisão para contingências**

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

**(a) Provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis**

As provisões para contingências trabalhistas, tributárias e cíveis são suficientes para cobrir eventuais perdas classificadas em um primeiro momento como prováveis. A Administração acredita baseada na opinião de seus consultores jurídicos, que as provisões são suficientes para cobrir as perdas prováveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão impactos significativos na posição econômico-financeira da Companhia, conforme apresentado a seguir:

	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
<b>Em 1º de janeiro de 2019</b>	<b>3.189</b>	<b>11.500</b>	<b>4.209</b>	<b>18.898</b>
Atualização monetária	119	664	108	<b>891</b>
Constituição	982	2.796	-	<b>3.778</b>
Reversão	(185)	(4.549)	(3)	<b>(4.737)</b>
Pagamentos	-	(1.973)	(304)	<b>(2.277)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>4.105</b>	<b>8.438</b>	<b>4.010</b>	<b>16.553</b>

	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
<b>Em 1º de janeiro de 2018</b>	<b>2.974</b>	<b>16.958</b>	<b>6.785</b>	<b>26.717</b>
Atualização monetária	127	993	339	1.459
Constituição	2.448	2.353	915	5.716
Reversão	(1.995)	(2.227)	(2.784)	(7.006)
Pagamentos	(365)	(6.577)	(1.046)	(7.988)
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>3.189</b>	<b>11.500</b>	<b>4.209</b>	<b>18.898</b>

**(i) Tributárias**

As ações tributárias com perda provável referem-se: escrituração de ICMS, majoração da alíquota de IPTU e diversos.

**(ii) Trabalhistas e cíveis**

A Companhia é parte em processos trabalhistas e cíveis em andamento na esfera judicial. Em todos os casos onde a probabilidade de perda é provável segundo as opiniões dos advogados responsáveis pelos processos as provisões estão integralmente registradas no balanço.

Os processos trabalhistas com perda provável referem-se principalmente a questões relativas a pedidos de responsabilidade subsidiária, doença ocupacional, equiparação salarial e horas extras, sendo que individualmente seus valores não representam risco expressivo para as operações da Companhia.

Os processos cíveis com perda provável referem-se principalmente a demandas decorrentes de questões ambientais e comerciais.



## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### (b) Perdas possíveis

A Companhia está envolvida em outros processos de natureza tributário, trabalhista e cível, que por apresentarem probabilidade de perda possível, na opinião de seus assessores jurídicos, não tem provisão constituída, conforme quadro abaixo:

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Tributárias	44.381	41.860
Trabalhistas	96.074	90.068
Cíveis	8.923	6.059
<b>Total</b>	<b>149.378</b>	<b>137.987</b>

### i) Tributárias

Os passivos tributários em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$ 44.381 (em 31 de dezembro de 2018 R\$ 41.860), são constituídos por: (i) compensação de crédito presumido de IPI no montante de R\$ 4.141 (em 31 de dezembro de 2018 R\$ 4.062); (ii) PIS e COFINS sobre receitas financeiras no montante de R\$5.214 (em 31 de dezembro de 2018 R\$ 5.081); (iii) contribuição previdenciária de R\$3.607 (em 31 de dezembro de 2018 R\$ 3.479); (iv) créditos de PIS/COFINS sobre serviços de insumos de R\$ 5.514 (em 31 de dezembro de 2018 R\$ 5.259); (vi) inclusão do ICMS na base de cálculo do AFRMM de importação de R\$ 4.834 (em 31 de dezembro de 2018 R\$ 4.678) e (vii) demais processos no montante de R\$ 21.071 (em 31 de dezembro de 2018 R\$ 19.301).

### (ii) Trabalhistas e cíveis

Os passivos trabalhistas e cíveis no valor de R\$ 104.997 (em 31 de dezembro de 2018 R\$ 96.127) referem-se a danos morais, horas extras e subsidiariedade em relação a terceiros. Os processos cíveis referem-se principalmente a ações por danos morais, materiais e ambientais.

### (c) Ativos contingentes

A Companhia está discutindo judicialmente o ressarcimento de tributos e contribuições bem como é parte em processos cíveis, nos quais possuem direitos ou expectativas de direitos a receber. Estes processos são classificados, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos, segundo suas possibilidades de ganho como provável, possível ou remoto. Como se trata de ativos contingentes, os valores a seguir não estão registrados nas demonstrações contábeis.

O quadro a seguir apresenta os principais processos ativos da Companhia considerados como sendo de expectativa de ganho provável:

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
<b>Tributário</b>		
Compensação de PIS Decretos-Lei 2445 e 2449 de 1988	-	18.628
IRPJ/Pedido de Revisão (PERC)	18.912	-
Outros tributários de valor inferior a R\$ 10 milhões	7.046	9.703
<b>Total tributário</b>	<b>25.958</b>	<b>28.331</b>
<b>Cível</b>		
Cobrança/execução de títulos extrajudicial	16.069	16.339
Outros cíveis de valor inferior a R\$ 10 milhões	54	117
<b>Total cível</b>	<b>16.123</b>	<b>16.456</b>

## 21 Patrimônio líquido

### (a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital subscrito e integralizado é de R\$ 103.057 (31 de dezembro de 2018 – R\$ 103.057), dividido em 31.485.170 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 14.518.150 ordinárias e 16.967.020 preferenciais sem direito a voto (31 de dezembro de 2018 - 31.485.170 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 14.518.150 ordinárias e 16.967.020 preferenciais sem direito a voto).

### (b) Características das ações

As ações preferenciais, sem direito a voto, têm as seguintes características:



## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

- (i) Prioridade, em relação às ações ordinárias, no recebimento do dividendo obrigatório;
- (ii) Dividendo, por ação preferencial, nunca inferior ao que for atribuído a cada ação ordinária;
- (iii) Participação nos aumentos de capital decorrentes de capitalização de reservas e lucros;
- (iv) Prioridade, em relação às ações ordinárias, no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia;
- (v) Direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a que lhes assegure preço unitário igual a 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle;
- (vi) Dividendo prioritário mínimo, anual e não cumulativo, de R\$ 2,00 por mil ações, que será ajustado em caso de desdobramento ou grupamento.

### (c) Reserva de capital

Constituída com os créditos decorrentes do incentivo fiscal de redução do imposto de renda e do FINOR contabilizados diretamente no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2019, é de R\$8.326 (R\$ 8.326 em 31 de dezembro de 2018).

### (d) Reserva de lucros

A reserva de lucros é constituída pelas reservas:

#### (i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2019, é de R\$ 7.602 (R\$ 4.753 em 31 de dezembro de 2018).

#### (ii) Reserva especial

Constituída com o saldo remanescente do lucro líquido após as destinações para constituição da reserva legal e distribuição de dividendos e têm as seguintes finalidades: a) exercício do direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas; b) futuras incorporações desses recursos ao capital social; c) pagamento de dividendos intermediários distribuíveis por deliberação do Conselho de Administração, "ad referendum" da Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo dessa reserva soma o valor de R\$ 93.426 (R\$ 50.800 em 31 de dezembro de 2018).

#### (iii) Reserva incentivo fiscal

Constituída com os créditos decorrentes do incentivo fiscal de redução do imposto de renda e do programa Desenvolve Bahia contabilizados no resultado do exercício que posteriormente são transferidos para a reserva de incentivo fiscal e excluídos da apuração da base de cálculo do dividendo, pois na forma da legislação fiscal vigente não podem ser distribuídos aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo dessa reserva é de R\$ 20.716 (R\$ 18.857 em 31 de dezembro de 2018).

### (e) Dividendos propostos

Os acionistas têm direito de receber, como dividendo obrigatório, importância equivalente a 25% do lucro líquido apurado no exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nas letras "a" e "b" do inciso I do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e observados os incisos II e III do mesmo dispositivo legal. O cálculo dos dividendos está demonstrado na nota 29.

## 22 Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida está demonstrada no quadro abaixo:

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
<b>Receita bruta de vendas</b>	<b>1.270.337</b>	<b>1.423.964</b>
Mercado interno	1.202.220	1.294.562
Mercado externo	68.117	129.402
Tributos sobre vendas (IPI, ICMS, PIS, COFINS)	(263.897)	(276.023)
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>1.006.440</b>	<b>1.147.941</b>



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

23 *Despesas por natureza*

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Matérias-primas e materiais de consumo	794.181	877.196
Remuneração, encargos e benefícios a empregados	80.817	84.041
Despesas variáveis de vendas	43.176	53.261
Depreciação e amortização	17.603	13.692
Créditos PIS e COFINS sobre depreciação	(1.043)	(1.297)
Despesas com manutenção	9.781	9.902
Serviços prestados por terceiros	15.009	15.049
Participação nos resultados	4.140	12.916
Outras despesas	22.563	23.427
<b>Total</b>	<b>986.227</b>	<b>1.088.187</b>
Custo dos produtos vendidos	884.395	968.211
Despesas com vendas	43.176	53.261
Despesas gerais e administrativas	58.656	66.715
<b>Total</b>	<b>986.227</b>	<b>1.088.187</b>

24 *Outras receitas e (despesas) líquidas*

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Reversões (provisões) tributárias líquidas	(915)	(659)
Reversões (provisões) trabalhistas líquidas	609	(1.065)
Reversões (provisões) cíveis e ambientais líquidas	199	1.822
Reversões (provisões) para perdas nos estoques	192	1.695
Projetos e pesquisas	(569)	(40)
Varição fundo previdencial da Fundação Itaúsa Industrial	-	(10.395)
Créditos de PIS e COFINS sobre aquisições de matérias primas ( <sup>1</sup> )	15.176	17.822
Homologação de créditos tributários ( <sup>2</sup> )	26.301	1.316
Reversões (provisões) para créditos de liquidação duvidosa	(1.019)	(321)
Alienação e baixa de ativo imobilizado (líquido)	(230)	20.956
Outras despesas	(5.649)	(661)
<b>Total outras receitas (despesas) líquidas</b>	<b>34.095</b>	<b>30.470</b>

( <sup>1</sup> ) Referente a Lei 12.859 de 10 de setembro de 2013, que concedeu incentivos tributários à indústria química, por meio de crédito presumido e da redução das alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS sobre aquisições de matérias-primas.

( <sup>2</sup> ) Exclusão do ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS - A Companhia possui ação judicial transitado em julgado favorável em 2019 e reconheceu o valor principal deste direito de compensar os valores indevidamente recolhidos.

  
**Notas explicativas da administração às demonstrações  
contábeis em 31 de dezembro de 2019**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**25 Receitas e (despesas) financeiras**

O resultado financeiro é constituído das seguintes despesas e receitas financeiras:

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	3.747	2.882
Juros e descontos obtidos	3.468	2.710
Juros Selic homologação de créditos tributário (*)	20.731	-
Reversão do ajuste a valor presente	580	812
Outras	247	119
<b>Total receitas financeiras</b>	<b>28.773</b>	<b>6.523</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Encargos sobre financiamentos	(14.847)	(19.514)
Outras	(5.467)	(4.515)
<b>Total despesas financeiras</b>	<b>(20.314)</b>	<b>(24.029)</b>
<b>Variação cambial</b>		
Variação cambial ativa	10.633	35.932
Variação cambial passiva	(11.905)	(43.245)
Operações com <i>hedge</i>	(433)	6.474
<b>Total variação cambial</b>	<b>(1.705)</b>	<b>(839)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>6.754</b>	<b>(18.345)</b>

Os montantes acima estão demonstrados na rubrica de receitas (despesas) financeiras da demonstração do resultado do exercício.

(\*) Exclusão do ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS de R\$ 19.393 mil - A Companhia possui ação judicial transitado em julgado favorável em 2019 e reconheceu os juros Selic deste direito de compensar os valores indevidamente recolhidos e complemento de R\$ 1.338 mil da contribuição previdenciária HRA.

**26 Imposto de renda e contribuição social**

Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social.

<b>Composição da despesa de IRPJ e CSLL</b>	<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>31 de dezembro de 2018</b>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	58.948	70.970
(-) Compensação de prejuízos fiscais e bases negativas	(546)	(19.395)
Imposto de renda e contribuição social alíquota de 34%	(19.993)	(20.888)
Adições e exclusões permanentes	(2.912)	(1.283)
Adições e exclusões temporárias	18.505	10.927
Juros sobre capital próprio	3.909	3.568
PAT (programa de alimentação ao trabalhador)	43	195
Incentivo fiscal de redução do IRPJ calculado pelo lucro da exploração	333	2.769
<b>Total</b>	<b>(115)</b>	<b>(4.712)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(115)	(4.712)

**27 Informações por segmento de negócios**

A Administração, adotando os princípios apresentados pelo pronunciamento que trata das Informações por Segmento, definiu os segmentos operacionais reportáveis da Companhia com base nos relatórios utilizados para tomada de decisões estratégicas, analisados pela Administração, a qual é responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho por segmento operacional e pela tomada de decisões estratégicas. Assim, estes foram segmentados em dois grandes grupos de produtos: Orgânicos e Inorgânicos, que apresentam características distintas em relação aos seus mercados.

Produtos orgânicos – incluem os Oxo-alcoóis, Anidridos Ftálico e Maleico, Plastificantes, Resinas de Poliéster Insaturado, Formol, Concentrado Uréia-formol e Ácido Fumárico.



## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Produtos inorgânicos - incluem o Ácido Sulfúrico e algumas atividades de revenda.

### Em 31 de dezembro de 2019

	Produtos orgânicos	Produtos inorgânicos	Corporação	Total Companhia
Receita líquida	887.737	118.703	-	1.006.440
CPV	(808.491)	(75.904)	-	(884.395)
<b>Lucro bruto</b>	<b>79.246</b>	<b>42.799</b>	-	<b>122.045</b>
Despesas com vendas	(29.223)	(13.953)	-	(43.176)
Despesas Administrativas e outras	-	-	(24.561)	(24.561)
Resultado financeiro	-	-	6.754	6.754
Participação nos lucros (prejuízos) de <i>joint venture</i>	-	-	(2.114)	(2.114)
Impostos sobre o Lucro	-	-	(115)	(115)
<b>Lucro líquido</b>	<b>50.023</b>	<b>28.846</b>	<b>(20.036)</b>	<b>58.833</b>

### Em 31 de dezembro de 2018

	Produtos orgânicos	Produtos inorgânicos	Corporação	Total Companhia
Receita líquida	996.847	151.094	-	1.147.941
CPV	(881.342)	(86.869)	-	(968.211)
<b>Lucro bruto</b>	<b>115.505</b>	<b>64.225</b>	-	<b>179.730</b>
Despesas com vendas	(38.811)	(14.450)	-	(53.261)
Despesas Administrativas e outras	-	-	(36.245)	(36.245)
Resultado financeiro	-	-	(18.345)	(18.345)
Participação nos lucros (prejuízos) de <i>joint venture</i>	-	-	(909)	(909)
Impostos sobre o Lucro	-	-	(4.712)	(4.712)
<b>Lucro líquido</b>	<b>76.694</b>	<b>49.775</b>	<b>(60.211)</b>	<b>66.258</b>

A Companhia optou por não apresentar o lucro, ativos e passivos separadamente para cada um dos segmentos operacionais em que atua, visto que os mesmos compartilham a estrutura de custos indiretos, despesas administrativas e de vendas.

## 28 Lucro por ação

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Lucro líquido atribuível aos acionistas	58.833	66.258
Total de ações (milhares)	31.485	31.485
<b>Lucro líquido por ação em (R\$) – básico e diluído</b>	<b>1,87</b>	<b>2,10</b>

Nos exercícios apresentados não havia instrumentos conversíveis ou outras obrigações com potencial de diluição da quantidade de ações em circulação.

## 29 Dividendos

Conforme informado na nota 21 (e), é garantido aos acionistas o recebimento de 25% do resultado do exercício, deduzidas as reservas legais e de incentivos fiscais, a título de dividendos obrigatórios.

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações contábeis da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197 da Lei das Sociedades por Ações.



## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os dividendos foram calculados conforme segue:

	31 de dezembro 2019
Lucro líquido do exercício	58.833
(-) Incentivo fiscal de redução de IRPJ reconhecido no resultado	(333)
(-) Incentivo fiscal do programa Desenvolve Bahia	(1.526)
(-) Reserva legal (5%)	(2.849)
(=) Base de cálculo	54.125
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	13.531
Dividendo complementar	2.032
Juros sobre o capital próprio	11.499
<b>Total de dividendos</b>	<b>13.531</b>

A reunião do Conselho de Administração, em 17 de dezembro de 2019, deliberou “ad referendum” da Assembleia Geral, juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 11.499 por conta do dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2019, e na reunião do Conselho de Administração, em 03 de fevereiro de 2020, deliberou “ad referendum” da Assembleia Geral, dividendos complementares do exercício de 2019 no valor de R\$ 2.032, totalizando dividendo mínimo obrigatório de 25% no valor de R\$ 13.531.

### 30 **Saldos e transações com partes relacionadas**

A Companhia não possui nenhuma operação comercial e financeira com as empresas do controlador Kilimanjaro Brasil Partners I B – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior.

Em 2018 a Companhia assinou um contrato de crédito rotativo com sua joint venture, Nexoleum Bioderivados S.A., que atingiu o valor de R\$ 1.720, sendo liquidado durante o mês de junho de 2019. Também em junho de 2019, a Companhia assinou um contrato de empréstimo com os sócios da joint venture no valor de R\$ 1.500 com vencimento previsto para 31 de dezembro de 2020, e remuneração a taxa de 125% da CDI.

#### **Remuneração dos administradores**

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros eleitos em Assembleia Geral Ordinária e os diretores estatutários. A remuneração dos administradores é composta por honorários fixos, participações nos resultados e benefícios. Os montantes incorridos estão integralmente registrados no resultado do exercício nos montantes abaixo detalhados:

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
<b>Diretoria</b>	<b>6.645</b>	<b>9.121</b>
- Honorários	2.820	2.726
- Participação nos lucros	2.291	4.862
- Encargos sociais (INSS e FGTS)	790	763
- Benefícios de curto prazo	206	311
- Benefícios pós-emprego	538	459
<b>Conselho de Administração</b>	<b>-</b>	<b>707</b>
- Honorários	-	562
- Encargos sociais (INSS)	-	112
- Benefícios pós-emprego	-	33

### 31 **Benefícios a empregados**

#### **Plano de contribuição definida - previdência privada**

A Elekeiroz S.A. oferece a todos os seus colaboradores a participação em um plano de previdência do tipo contribuição definida (Plano PAI-CD). O plano é administrado pela Fundação Itaúsa Industrial, entidade fechada de previdência privada sem fins lucrativos da qual a Companhia é uma das patrocinadoras. Pela natureza do plano, não há risco atuarial e o risco dos investimentos é dos participantes do mesmo. O regulamento vigente prevê a participação dos funcionários do percentual entre 1% a 10% do salário, sendo que a patrocinadora contribui com 100% do montante aportado pelos funcionários, tendo resultado em contribuições de R\$ 3.510 até 31 de dezembro de 2019 (R\$ 3.400 em 31 de dezembro de 2018).

Devido à transferência do controle acionário da Companhia do grupo Itaúsa para o Fundo Kilimanjaro, foi solicitada junto à PREVIC o encerramento da solidariedade entre a Elekeiroz S.A. e as Companhias que compõe a Fundação Itaúsa Industrial, o que acarretará a transferência do fundo de previdência privada dos funcionários para outro administrador, que está sendo contratado.



## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

---

### **32 Cobertura de seguros**

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado cobertura compatível com seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguros e riscos diversos para os bens do imobilizado é de R\$ 1.686.034 (R\$ 942.701 em 31 de dezembro de 2018).

### **33 Instrumentos financeiros derivativos**

Nas operações com derivativos não existem liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado em seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não possui nenhuma operação financeira com derivativos.

Os contratos SWAP US\$ x CDI com posição ativa (comprada) em Dólares e posição passiva (vendida) em CDI, ativos em dezembro de 2018 foram liquidados em janeiro e julho de 2019.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía contrato de SWAP US\$ x CDI com valor notional de US\$ 5,206 e posição ativa (comprada) no valor de R\$ 20.995 em Dólares e posição passiva (vendida) em CDI no valor de R\$ 17.794 com o valor a receber no valor de R\$ - 3.201.

A Companhia contratou essa operação com o objetivo de se proteger das constantes oscilações da taxa do dólar, lastreando dois contratos de cédula de crédito à exportação. Em 31 de dezembro de 2018 o valor a receber dos contratos de SWAP está registrado no ativo circulante como ativo financeiro ao valor justo.



**Notas explicativas da administração às demonstrações  
contábeis em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

---

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Presidente**

Thiago Sguerra Miskulin

**Vice-presidente**

Felipe Franco da Silveira

**Conselheiros**

Eduardo da Veiga

**Suplentes**

Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque

Marcelo Marinho Lutz Pereira da Silva

**DIRETORIA**

**Diretor Presidente**

Marcos Antonio De Marchi

**Diretor de Relações com Investidores**

Marcos Antonio De Marchi

**Diretores**

Ricardo Craveiro Massari

Elder Antonio Martini

**Djalma Roberto Zillo**

Contador

CRC 1SP 244668/O-1